

A ÁFRICA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: NEOCOLONIALISMO E A BUSCA POR UMA AUTONOMIA AFRICANA

Gerson Sanca¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise dos Estados africanos na contemporaneidade e os seus desafios perante o sistema neocolonial instalado pelo ocidente no continente africano. Sabe-se que a África foi um continente colonizado pela Europa desde os finais do século XIV até os finais do século XX, quando as Nações Unidas declararam direito universal e independência a todos países mundiais. Após a descolonização, vê-se presente uma outra forma de dominação europeia, definido e entendido como “neocolonialismo”, o qual seria uma forma de dominação simbólica que usa como principal instrumento, a balcanização, isto é, com o propósito de fragmentar o continente africano, tornando-o frágil e dividido em pequenos países, com o objetivo da manutenção da hegemonia europeia, ainda que de forma indireta. Assim, ao compreender a relação entre esses estados e as amarras do neocolonialismo, propõe-se possíveis estratégias que podem ser adotadas para a garantia da autonomia, isto é, em todas as esferas: social, político, econômico e cultural. Deste modo, apresenta-se justificativas cabíveis que podem orientar dinâmicas de desenvolvimento sem a extrema dependência dos países do Norte Global.

Palavras-Chave: Estados Africanos, Desafios, Neocolonialismo, Autonomia Africana.

Abstract: This article presents an analysis of African States in contemporary times and the challenges facing the neocolonial system installed by the West on the African continent. It is known that Africa was a continent colonised by Europe from the end of the 14th century until the end of the 20th century, when the United Nations declared universal right and independence for all countries in the world. After decolonisation, another form of European domination is present, defined and understood as "neocolonialism", which would be a form of symbolic domination that uses balkanisation as its main instrument, that is, with the aim of maintaining European hegemony, albeit indirectly. Thus, by understanding the relationship between these states and the bonds of neocolonialism, possible strategies that can be adopted to guarantee autonomy are proposed, that is, in all spheres: social, political, economic, and cultural. In this way, reasonable justifications are presented that can guide development dynamics without extreme dependence on the countries of the Global North.

Keywords: African States, Challenges, Neocolonialism, African Autonomy.

¹ Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE). Discente do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE). Mestrando em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC/SP).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho² busca trazer à tona os desafios dos países africanos perante o sistema neocolonial instalado pelo ocidente nestes Estados, o qual tem graves repercussões nos seus processos de desenvolvimento. Também apresenta alternativas que podem ser adotadas por estes países a fim de se afirmarem como Estados independentes e autônomos, isto é, em todas as formas e sem dependência das políticas e financiamentos que geram ainda mais subordinação do Norte Global³.

Para refletirmos sobre as profundas mudanças em curso no continente africano, precisamos necessariamente voltar à história. Esta nos permitirá analisar de uma forma oportuna como a África vem fragilizando ao longo das últimas décadas. A fragmentação contínua, exploração predatória dos recursos naturais e humanos, aumento cada vez mais da pobreza, os evidentes conflitos étnicos e culturais, corrupção, ausência de políticas públicas, são fatores que mais afetam hoje em dia este continente.

A África atualmente composto por 54 países, foi um continente colonizado pela Europa desde os finais do século XIV até os finais do século XX, quando as Nações Unidas declararam direito universal e independência a todos países mundiais. Após a descolonização, vê-se presente uma outra forma de dominação europeia, definido e entendido como “neocolonialismo”, o qual seria uma forma de dominação simbólica, presente em todas as esferas: cultural, político, social, económico. O neocolonialismo busca manter a dominação europeia e dependência dos países africanos, a fim do Ocidente continuar a controlar as ex-colônias e usufruir das suas riquezas. Perante o exposto, há necessidade dos países africanos se aliarem e criarem estratégias para se desassociarem das amarras do neocolonialismo e buscar caminhos para a plena autonomia, a fim de se afirmarem como Estados-soberanos e criarem políticas de desenvolvimento partindo das suas realidades e competências.

O trabalho está dividido em quatro seções, que são: 1^a- Neocolonialismo e as suas Estratégias: aportes teóricos; 2^a- Estados Africanos subsaarianos e os Desafios do Século

² Este artigo foi produzido como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia na UNILAB/CE. Foi orientado pela Prof. Dra. Janaina Campos Lobo, do Instituto de Humanidades da UNILAB/CE. Agradeço aos professores ao Prof. Dr. Vico Melo (UFPB) e Prof. Dr. Ricardo Ossagô (UNILAB/CE) pela disponibilidade em participar da banca avaliativa.

³ É um termo utilizado em estudos pós-coloniais e transnacionais para se referir ao primeiro mundo, ou seja, ao conjunto dos países desenvolvidos.

XXI: possíveis saídas; 3^a- Desafios africanos para combater o neocolonialismo: pensar e gerir África *a partir de África*; 4^a- Autonomia e afirmação Africana.

2. Neocolonialismo e as suas Estratégias: aportes teóricos

Em princípio, vale salientar que o neocolonialismo a ser tratado e discutido neste trabalho é o neocolonialismo da segunda metade do século XX, pois a mesma expressão é ou foi usada para definir ações dos Estados europeus na África a partir das últimas décadas do século XIX (LOPES, 2011).

Nas últimas décadas do século XX, o termo neocolonialismo vem sendo muito utilizado pelos intelectuais africanos e não só, para explicar a forma como a colonização europeia tem apresentado repercussões negativas no desenvolvimento e na emancipação dos Estados Africanos. Nas palavras do Uzoigwe (2019), a palavra neocolonialismo foi usada internacionalmente pela primeira vez em 19 de abril de 1958, na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros de Gana, Alex Quaison-Sackey, num discurso proferido neste encontro. Quaison-Sackey disse o seguinte: “por neocolonialismo entendemos a prática de conceder uma espécie de pendência de independência com a intenção oculta de fazer do país libertado um Estado cliente, e de o controlar eficazmente por outros meios que não os políticos” (UZOIGWE, 2019, p. 64).

Embora o neocolonialismo tenha sido um fenómeno importante nos países da África, Ásia e América Latina nas décadas 60 e 70 do século passado, a maioria dos políticos e estudiosos do Ocidente rejeitaram o conceito, alegando que é uma farsa ebulição de autodeterminação de políticos e estudiosos radicais que se viram confrontados com uma nova era da mudança que consideraram desconfortável. Portanto, na década 1980 o conceito neocolonialismo esteve em declínio e já não era muito utilizado e não ocupava o lugar central nos discursos académicos sobre os problemas enfrentados pelas nações em desenvolvimento. Mas, os estudiosos do neocolonialismo sempre souberam que o exuberante otimismo gerado pela conquista da independência das ex-colónias não duraria muito tempo, e que se seguiriam reações negativas ao colonialismo, ou seja, os efeitos do colonialismo se apresentariam a qualquer instante (UZOIGWE, 2019).

Com as cíclicas crises que vêm surgindo nas ex-colónias na década 90, depois da consolidação das independências (sobretudo nos países africanos), o conceito neocolonialismo vem ganhando novamente um espaço nos debates.

De acordo com Samir Amin (1973), o neocolonialismo é um sistema económico, político e sociocultural de exploração europeia que nasceu com o fim da colonização e vem se espalhando nas ex-colônias em todas as vertentes. Amin argumenta que, aquilo a que se chama em geral neocolonialismo é a natureza das relações após a independência entre as potências europeias e as suas antigas colônias do mundo não europeu

Para Kwame Nkrumah (1967), considerado por muitos como o principal estudioso e idealizador deste conceito, “o neocolonialismo na África representa a fase final do imperialismo, talvez o mais perigoso” (NKRUMAH, 1967, np). Nkrumah (1967) afirma isso dizendo que, aqueles que o praticam exercem poder sem responsabilidade e interesse, e para aqueles que o sofrem, significa exploração sem reparação. Sustentando essa alegação, Uzoigwe (2019) vai dizer que, a essência do neocolonialismo é que o Estado que a ele está sujeito é, em teoria, independente e tem todas as armadilhas exteriores da soberania internacional. Na realidade o seu sistema económico e, conseqüentemente, a sua política é dirigida do exterior.

Nas palavras de Nkrumah (2011), a sua preocupação era que a independência concedida às novas nações fosse praticamente inútil porque o colonialismo ainda existia após a independência, alterando as suas táticas. Enfatiza Uzoigwe (2019, p. 66) que:

A fundação da Organização de Unidade Africana (agora União Africana) em 1963 foi, em parte, um primeiro passo para lidar com este perigo porque se acreditava que uma frente unida era absolutamente necessária para lidar com ele. Finalmente, os ex-governantes coloniais começaram a tomar consciência deste perigo. Num discurso na Assembleia Geral da ONU a 1 de Outubro de 1963, o Ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Alec Douglas-Home, desdenhou o conceito de neocolonialismo, dizendo que era "na melhor das hipóteses um protesto sintético, e na pior das hipóteses é mortalmente perigoso porque incentiva a pobreza e o racismo".

Entretanto, a fundação da Unidade Africana tornou-se significativo na consolidação das independências africanas e na luta contra o neocolonialismo. Nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, foram criadas no continente africano várias outras organizações de carácter continental e outras regionais⁴ com o objetivo de combater o neocolonialismo e guiar os Estados deste continente a um desenvolvimento autónomo. Vale salientar que o neocolonialismo disfarça da seguinte maneira, assegura que o poder seja

⁴ Organizações como a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, fundada em 1975) e CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central, fundada em 1983).

entregue às elites nacionais e regionais, mas que são moderados e facilmente controlados pelos países ocidentais.

De acordo com Nkrumah (2011, p. 287) “o maior perigo que a África enfrenta actualmente é o neocolonialismo, cujo principal instrumento é a balcanização. Este termo define de modo particularmente correto a fragmentação da África em Estados pequenos e Fracos”. Ou seja, o neocolonialismo visa fragmentar os Estados africanos, tornando-os divididos em pequenos países, com o objetivo de o ocidente continuar lhes apoderando de uma forma política, económica e sociocultural.

Os investimentos dos países industrializados nas colónias, Segundo Lenin (1966) *apud* Carnoy (1988) abrem oportunidades às grandes potências terem controle das matérias-primas dos Estados fracos e, não só, como também monopólio do preço. Assim, a economia fica sob direção das grandes potências. Com a política de balcanização intencional, o neocolonialismo procura manipular a África. Alerta Nkrumah (2011) que este fenómeno atua encoberto, manobrando homens e governos, liberto do estigma da dominação política. Cria Estados-clientes, que são independentes no papel, mas que, na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial ou que supostamente lhes deu a independência. No continente africano existem “diversas espécies de países independentes que, no plano político, gozam de uma independência formal, mas que, de facto, estão encurralados na rede da dependência financeira e diplomática” (NKRUMAH, 2011, p. 288). Neocolonialismo é a pior forma do imperialismo (Idem, 1967), pois não se apresenta de uma forma clara e acaba tendo controle total das nações nela instaladas. Realça Langan (2018):

Os Estados sob o domínio do neocolonialismo não podiam alcançar um desenvolvimento económico ou social significativo para os seus povos, uma vez que a política estava mais orientada para os interesses materiais de elementos estrangeiros do que para as necessidades dos cidadãos locais. As elites africanas que participassem nas relações do neocolonialismo governariam em nome de benfeitores estrangeiros e "trairiam" de facto os interesses económicos do seu próprio povo. (LANGAN, 2018, p.4)

Vê-se, nesse sentido, que os Estados africanos sob domínio do neocolonialismo são em teoria independentes, mas na prática os seus sistemas económicos e, portanto, as suas políticas são dirigidas pelo exterior. As ajudas monetárias muitas vezes feitas por governos estrangeiros aos países africanos servem como um meio de assegurar a conformidade de certas elites africanas e de facilitar formas de penetração económica empresarial que acabam

sendo prejudiciais às populações africanas. Salienta Langan (2018) que estes tipos de ajuda não são simples dádivas.

Para Fanon (1961 *apud* LANGAN, 2018), o colonialismo retirou o capital e os seus técnicos nas colônias, mas ao mesmo tempo instalou no jovem Estado o aparelho da pressão econômica. A apoteose da independência foi transformada na maldição da independência, e o poder colonial através dos seus imensos recursos de coerção condena a jovem nação à regressão.

É sob essa perspectiva de regressão que Uzoigwe (2019) salienta que é evidente que o neocolonialismo no continente africano tem demonstrado uma resiliência duradoura e continuará a fazê-lo até que as autoridades das nações africanas tomem medidas suficientes para minar este flagelo. E, longe de estar morto, o neocolonialismo está vivo e continua a ter um impacto difuso não só no continente africano, mas em todo o Sul Global⁵. Ainda, defende que o neocolonialismo é um fenómeno demasiado importante para ser deixado somente aos estudiosos e intelectuais radicais, na medida em que os líderes políticos do Sul Global têm a obrigação de enfrentá-lo, isto é, “não como parceiros superiores ou inferiores ou como colonizadores e colonizados, mas como parceiros na busca da paz, segurança e prosperidade global” (UZOIGWE, 2019, p.64).

Os estudiosos radicais do neocolonialismo como Kwameh Nkrumah, Samir Amin e outros, nunca defenderam a ruptura drástica das relações entre os Estados/países africanos ou do Sul Global e os do Ocidente, mas defenderam e criticaram a subversão da soberania desses Estados por elementos externos, uma vez que isso atrasaria as oportunidades de industrialização e prosperidade social para estes povos.

Na concepção de Fanon (1968), as burguesias nacionais dos países africanos após a independência receberam a missão de reconstruir os territórios e levá-los ao desenvolvimento autónomo, pelo contrário esta missão não serviu para transformar a nação, mas prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. A isso, sustenta Devés-Valdés (2008) que o neocolonialismo está atrás das pobreza, ditaduras, as guerras civis, os genocídios, a corrupção e os retrocessos dos países africanos, pois busca desestabilizar estes Estados ao interesse do enriquecimento das potências mundiais.

⁵ É um termo que é utilizado nos estudos pós-coloniais e transnacionais para se referir tanto ao terceiro mundo como aos países em desenvolvimento.

Seguindo nessa contextualização, Lopes (2011) aponta que o neocolonialismo é um estágio avançado do imperialismo que não se configura em um neoimperialismo, mas trata-se de reestruturação de práticas que ao invés de renovar, produz algo diferente que compõem um sistema de dominação política e sociocultural que usa como forma de coerção agenciamentos económicos e financeiros. Ainda sustenta autor que o neocolonialismo é identificado com os processos decorrentes das atividades económicas internacionais e dos acordos bilaterais que interferem na autonomia dos Estados independentes da África: “essas atividades têm sido desenvolvidas por organismos internacionais de regulação econômica ou financeira – FMI, BIRD, AID, CFI...⁶ – por interferência da ONU e suas agências em questões humanitárias ou bélicas, por alianças políticas governamentais e organizações não governamentais (LOPES, 2011, p.14).

Através destas agências económicas e organizações de cunho desenvolvimentista, as potências europeias “mundiais” impõem certos pactos aos países balcanizados, assegurando o controle das suas políticas. Deste modo, percebe-se que a independência destes Estados é apenas nominal; na verdade, perderam a sua liberdade de ação, como enfatiza Nkurmah (2011).

Segundo Shikwaiti (2005, p.11) “na década de 80, a África Subsaariana recebeu 83 bilhões de dólares em auxílio. No mesmo período o padrão de vida na região caiu 1,2% ao ano. A doação só tornou os países africanos mais dependentes de ajuda”. Para este autor, a África deve conquistar a sua independência económica para se livrar da dominação europeia.

Ki-Zerbo (2006) vai dizer que a relação entre os países ocidentais (colonizadores) com os países africanos (e os de Sul Global) são estabelecidas, não na base de uma oferta, mas na base de interesses e de poder. Sendo assim, o que se chama de desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países ocidentais (Norte) e subdesenvolvimento dos países africanos. A esse respeito, sustenta o autor que é preciso uma mudança de sentido das relações, para que haja um verdadeiro desenvolvimento para todos.

Para voltar à concepção de Uzoigwe (2019), para os Estados Africanos, o neocolonialismo é inevitável, dada a estrutura das instituições coloniais destinadas a fomentar a dependência; é resistente devido à sua capacidade de mudar as suas táticas para atingir os seus fins. Segundo Nkrumah (1967 *apud* SCHERER, 2016), embora o objetivo dos neocolonialistas seja domínio econômico e político, não limitam suas operações somente a esses setores. Utilizam os velhos métodos colonialistas da infiltração religiosa, educacional e

⁶ Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Interacional (CFI).

cultural. “Na opinião Nkrumah, Jack Woddis, Colin Leys, Samir Amin, Walter Rodney... o neocolonialismo está na raiz do subdesenvolvimento económico de África e está intimamente ligado à incapacidade da África para se desenvolver económica e politicamente” (Uzoigwe, 2019, p.82). A essa concepção, alega Nkrumah (1967) que a luta contra o neocolonialismo não tem por objetivo a exclusão do capital do mundo desenvolvido em nações menos desenvolvidas. Mas sim, impedir a força financeira das nações desenvolvidas que sejam utilizadas para empobrecer os menos desenvolvidos.

3. Estados Africanos e os Desafios do Século XXI: possíveis saídas

Após a digressão teórico-conceitual acerca do neocolonialismo, faz-se necessário localizar e discutir os desafios dos Estados africanos subsaarianos na contemporaneidade. Sabe-se que com a colonização europeia, o continente africano foi fragmentado em 54 Estados/Países, desta forma a Europa conseguiu se apoderar de todas as esferas do desenvolvimento deste continente. Conforme já mencionado, com a descolonização europeia, vê-se presente uma outra “nova” forma de dominação que continuou a perpetuar até hoje (século XXI) nas sociedades africanas, isto é, o “Neocolonialismo”.

A geopolítica global atual, impõe desafios a todos os países, fundamentalmente africanos excluídos do círculo das grandes potências económicas mundiais. Alvos dos predadores internacionais tais como os países imperialistas e colonialistas (França, Inglaterra e E.U.A), que movidos pela necessidade de manutenção das suas posições mundiais, no campo da disputa do prestígio geopolítico, tendem a fazer de tudo para manter os seus monopólios na África, enraizado do processo colonial com a instituição dos seus modelos administrativos e criação da estratificação social com a elite no poder, moldado aos padrões necessários em benefício dessas potências.

Para Falola (2022), o domínio neocolonial no continente africano, tem implicações profundas em várias áreas de desenvolvimentos das sociedades africanas e seus sistemas de conhecimento, visto que a colonização na África exerceu um domínio profundo sobre o sistema educacional do continente e, conseqüentemente, sobre a mente africana. Os setores da cultura, religião, política, gestão de recursos e a economia em geral foram igualmente afetados.

Entretanto, como parte do combate às forças neocoloniais, Falola (2007) defende a necessidade urgente de nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as

humanidades em África, ou seja, na visão do autor, a África precisa reapropriar do passado e recondiçioná-lo, demarcar as fronteiras apropriadas para enfrentar e conter o ocidente, reorganizar a produção e a apresentação do conhecimento, criar economias diversificadas, desprender das dependências do ocidente, repensar as humanidades (investir na educação de qualidade com base em preceitos e autonomia africana) e criar organizações regionais e sub-regionais fortes e competentes que ajudarão na total emancipação e desenvolvimento do continente (Idem, 2007).

De acordo com Castel-Branco (2007), a África precisa pensar e criar alternativas africanas ao desenvolvimento. Isto é, começando na dissolução das burguesias africanas dependentes que recorrem sempre aos modelos exógenos dados como receita pelos Estados do Norte global e as organizações financeiras internacionais como forma de manter no poder e, assim, gerar novos corpos políticos capazes de responder as verdadeiras alternativas africanas que correspondem às demandas sociais de toda a população e não de uma camada específica.

Na mesma lógica do pensamento de Castel-Branco, Falola (2007) justifica que a África precisa investir massivamente na Educação e, através dela, repensar as Humanidades que respondam aos desafios do continente e das suas populações, isto é, reformular ideias, narrativas e quadros teóricos que possam servir alguém mais do que à elite desavergonhada, situando o papel das Humanidades em relação ao desenvolvimento, à globalização, às técnicas estatais, ao ocidente e à produção do conhecimento em múltiplos lugares. A África não necessita repensar as humanidades para todos os momentos, todas as épocas, mas apenas para o momento atual “século XXI”, ou seja, a África tem de identificar os seus desafios atuais, respondê-los e buscar meios adicionais de transcendê-los.

4. Desafios africanos para combater o neocolonialismo: pensar e gerir África a partir de África

Os desafios da África não são fáceis de definir, em especial porque estamos tratando de um conjunto múltiplo e diverso de países, com histórias e constituições socioeconómicas e políticas distintas. Mas podemos fazer um esforço em situar tais contentas em termos mais gerais. Em primeiro lugar, a África está lidando com a questão de desenvolvimento, o que criou um tipo de corrida obsessiva para criar uma relevância para as Humanidades; em segundo, está lidando com a questão de dominação ocidental e globalização, o que as Humanidades precisam remodelar; em terceiro, está lidando com a pobreza, o que provoca

fragmentação da sociedade, e as Humanidades precisam criar soluções e não só como também resgatar a base social e criar resistência. Quarto, está lidando com a questão de produções e fuga de cérebros, África enfrenta uma clivagem digital e os seus cérebros buscam se imigrar para o ocidente a procura da melhoria de condições de vida e de trabalho, as Humanidades precisam melhorar o cenário local e criar estratégias de manter os intelectuais e estes por sua vez criar produções com a finalidade de ajudar no desenvolvimento das suas sociedades (FALOLA, 2007).

Para Kouvouama (2000) é preciso pensar a política na África:

Para analisar as dinâmicas sociais em curso na África, é conveniente adotar outra abordagem. Para trazer à luz suas regularidades comuns e sua racionalidade política, é indispensável partir da configuração teórica que apreende filosoficamente a política como lugar de efetividade da razão prática; não sem antes compreender o processo de produção africana da modernidade política sob o signo da inovação e da emancipação do sujeito africano, destacando a estreita articulação do princípio individual e do princípio comunitário. Em sua relação com a comunidade, o indivíduo desenvolve estratégias de mobilização de todos os recursos materiais e simbólicos disponíveis no espaço privado comunitário, notadamente para adquirir as vantagens necessárias a um melhor posicionamento social no espaço público político. É observável na maior parte das cidades africanas que o processo de inserção do indivíduo no plano profissional, social e jurídico da comunidade política provoca um progressivo desprendimento em relação ao enlace comunitário. Dito de outra forma, a modernidade política é certamente responsável por uma grande afirmação da individualidade e da autonomia do sujeito enquanto ser dotado de razão. Mas constatamos simultaneamente, da parte dos indivíduos, uma utilização estratégica dos aparatos comunitários em função dos interesses pessoais e dos fins visados (KOUVOUAMA, 2000, p.6)

Assim, pensar a política na África, significa pensar um modelo político que pauta para o bem de toda a população não só das elites políticas, pois o que se vê na maioria das sociedades africanas, as elites políticas não se dão ao luxo de resolver os problemas do povo e da sociedade, mas sim, focam mais em se enriquecer no poder. O povo por sua vez passa a sofrer com as consequências destes atos. A isso, é mais que urgente os africanos pensarem a política, a fim de desenharem estratégias rigorosas de incluir o bem-estar do povo como o principal mecanismo a solucionar. Ao pensar e repensar a política de uma forma profunda no continente africano, conseguirá se inteirar completamente dos problemas que assolam este continente, e assim elaborar estratégias de resoluções e de criações de novas políticas benéficas ao povo e que buscam inserir os países no quadro das novas transformações para o desenvolvimento, isto é, a partir das perspectivas africanas.

Fazendo um paralelo com Kouvouama, Falola (2007) propõe a busca de uma autonomia africana do desenvolvimento, isto é, em todas as esferas: desenvolvimento econômico, cultural, político, educacional, social, intelectual etc... Para a África conseguir tudo isso, é necessário repensar as Humanidades, criando ideias novas de desenvolvimento, partindo da própria África para África, desprender da alienação, do neocolonialismo, criar políticas africanas tendo como base as raízes africanas, reapropriar do passado para solucionar o presente, criar uma identidade africana para conter o avanço da globalização, criar redes sociais confiáveis para comunicação, valorizar as culturas africanas (reconhecer as línguas nacionais e apostar em escrever livros, teses, artigos nestas línguas). As Humanidades devem redefinir, colocando o que é africano no centro; devem estudar o que consumimos, investigar o impacto e os danos da transferência do gosto, gerar restauração revolucionária.

De uma outra perspectiva, alerta Macuane (2005) que a África deve pensar e repensar as suas estratégias de desenvolvimento, que não sejam aquelas utilizadas no passado. Salienta Colgan (2001 *apud* MACUANE, 2005, p. 1) que:

No encaço do desenvolvimento, várias estratégias sucederam-se pelo continente, desde as estratégias de inspiração socialista em alguns casos e as adotadas em alguns países de inspiração capitalista, reflectindo os desdobramentos geopolíticos da guerra fria. Estas estratégias levaram a um pesado endividamento dos países africanos principalmente nos anos 60 e 70, favorecido pelos altíssimos saldos nos bancos do ocidente, provenientes das receitas do petróleo, que abriram caminho para a concessão de empréstimos sem se levar em conta o seu propósito ou a capacidade dos países recipientes de pagá-las. Nos anos 80, a crise da dívida nos países em desenvolvimento começou a se manifestar, com as suas decorrentes consequências negativas, como efeito do choque da crise do petróleo dos anos 70, o aumento das taxas de juros e a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional. No caso da África, a crise tomou contornos mais críticos também nessa altura, com o crescimento do rácio da dívida em relação ao PIB de 51% em 1982 para 100% em 1992. Para se ter uma ideia da situação, em 1998 O PIB per capita da África subsaariana era de US\$ 3083, enquanto a dívida externa era de US\$ 365 per capita.

A isso, vê-se que África necessita criar estratégias de desenvolvimento africano pensando nos próprios recursos que a África possui, isto é, evitando empréstimos massivos como o que a maioria dos países africanos têm feito ao longo dos tempos e continuam a fazer até hoje. Precisa-se desprender da dependência económica europeia, assim, para se libertar em todas as outras áreas. Só assim a África ganhará uma autonomia que vai lhe permitir conduzir as suas sociedades a seu modo.

A África tem sido muito afetada por várias políticas europeias que visam desestabilizar tanto os países como as organizações regionais e sub-regionais criadas neste continente com objetivo de fortalecer as relações entre as nações e também de lutar para o

desenvolvimento regional e sub-regional. A total descolonização do continente africano não será uma coisa fácil, isto porque a Europa, Ásia, e América ainda estão muito presente neste continente, o que de certa forma acaba lhe guiando a um rumo inverso do pretendido pelos seus filhos. É preciso haver uma integração muito forte e consistente neste continente.

Quando se fala da necessidade de haver uma integração regional ou sub-regional consistente, se diz respeito a ter organizações que visam reerguer os países africanos no cenário internacional, isto é, pautando nas suas uniões, nos seus bem-estar e autonomias próprias. Alerta Castel-Branco (2007) que ao criar organizações africanas que pautam na Integração regional ou sub-regional com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento da África, é preciso pensar a base da formação desses Estados, suas autonomias política, a consciência nacional no cenário regional, para evitar a possível aplicabilidade do egoísmo nacional nessas organizações. É preciso realmente africanizar as estruturas político-econômicas desses países. Também chama atenção sobre o dilema da integração, que muitas das vezes em África se traduz na luta pelas hegemonias regionais ou sub-regionais, o que pode ser um entrave aos objetivos destas integrações.

Os países africanos precisam de uma União Africana consistente que almeja e luta a todo custo para o desenvolvimento africano a partir das perspectivas africanas. Quando refiro às perspectivas africanas, faço menção a um modelo de desenvolvimento que leva em consideração as realidades sociais dos países, as formas de organizações, as culturas, as riquezas, especificidades que refletem o dinamismo religioso. Ao contrário disso, o que se vê presente em inúmeras sociedades e organizações africanas, é seguir o modelo de desenvolvimento ocidental, um modelo ímpar da própria conjuntura social africana. Em relação a esse assunto, na concepção de Pimenta (2003) os Estados africanos devem adotar um modelo de desenvolvimento partindo das riquezas que possuem, não seguindo modelo de desenvolvimento e globalização ocidental. Explica autor que:

Se atendermos que a década de 90 do passado século é o “período de ouro” da chamada «globalização», podemos concluir que esta tem sido nefasta para o desenvolvimento económico e social de África (...) Se a “globalização” progride, com coros afinados de políticos e tecnocratas cantando hosiânas aos paraísos que tem construído, e África piora de situação, só podemos tirar uma ou várias das conclusões seguintes: África está possuída por forças demoníacas que só se podem radicar, já que são conhecidas as vastas riquezas naturais desse continente, numa debilidade endémica dos seus povos; Há um incompatibilidade estrutural entre a «globalização» e o desenvolvimento da África subsaariana, quicá de todas as economias subdesenvolvidas. A globalização não é o paraíso terreno es cantorias apenas são manobras de diversão (PIMENTA, 2003, p.4)

Esta explicação serve para mostrar que os países africanos não necessitam seguir o modelo de globalização ou desenvolvimento ocidental, pois esses andam em contradição com os objetivos da África, assim sendo, a África precisa criar o seu modelo de desenvolvimento próprio a partir das concepções africanas de desenvolvimento.

Estados Africanos, ao seguirem modelo de desenvolvimento ocidental, vão em contradição com as demandas sociais das suas sociedades, passam a ser novamente dominados e orientados por esses países, que de forma trapaceira lhes guiam a maus caminhos com o objetivo de continuar a explorar os seus recursos e controlar as suas classes políticas, apoderando das suas riquezas. Deste modo, há que criar estratégias autônomas de desenvolvimento.

Um dos grandes problemas que a África enfrenta hoje em dia, tem a ver com a política do desenvolvimento. Isso tem relação, não só com as instabilidades políticas internas, que muita das vezes é influenciada pelos países potências mundiais, mas também por falta de capacidade de muitas lideranças africanas em desenvolver a imaginação política para elaborar projetos políticos que coloquem as necessidades do povo em primeiro lugar, ao contrário o que fazem é delegar ou entregar os seus desenvolvimentos as organizações internacionais, exemplo “Banco Mundial” e o “FMI”.

Explica Falola (2022) que:

Uma das razões para os problemas enfrentados pelos africanos é que eles se apaixonaram instantaneamente pelo modelo europeu de progresso e decidiram modelar seu desenvolvimento no mundo anglo-americano e europeu. Os africanos abandonaram seu projeto de desenvolver uma boa conduta social para atender a um mundo que está interligado pelo advento da tecnologia. Como tal, o problema dos africanos começou a partir de sua mentalidade para o desenvolvimento. Desde sua liderança até o cidadão comum, tudo o que não traz a marca das noções ocidentais de desenvolvimento não é respeitado. Isso é principalmente o resultado de ter a semente do eurocentrismo plantada e germinada em suas mentes por um período prolongado (FALOLA, 2022, p.71)

Esta reflexão nos demonstra que a África tem uma enorme batalha a enfrentar nessa nova configuração da geopolítica do poder mundial que ultrapassa os desafios regionais. O que se verifica outrora por exemplo, é que muitas das vezes há partidos que são democraticamente eleitos, mas que não conseguem se governar livremente, isto porque são derrubados pela classe capitalista ou por uma potência hegemônica simplesmente porque as suas políticas não aceitam submissão ou exploração, sendo assim tentam de toda forma

derrubá-los, tanto internamente como externamente, com objetivo de instaurar um outro partido ou classe que vai submeter as suas vontades e desejos.

Entretanto, África precisa de uma segunda independência, isto é, independência “Neocolonial” (econômica, política e socio-cultural), para assim, andar com os seus próprios pés como dizia Amílcar Lopes Cabral. Enquanto a sua economia e política continua a ser telecomandada pelos Estados capitalistas altamente industrializados, a conquista dos anos 60 e 70 do século XX não superará a mera formalidade burocrática. Para isso, torna-se urgente os líderes africanos priorizarem políticas públicas que visam proporcionar o desenvolvimento das economias diversificadas em todas as áreas. Reduzir os altos índices de pobreza e de analfabetismo. Apostar na educação e na valorização da produção local. Se for necessário importar as tecnologias do centro para formar as de dentro ao longo prazo. Porém, não se imagine que os Estados poderosos deixarão, por baixo, a tendência de obstruir o processo. Por isso, a determinação e a consciência da importância da autonomia econômica tornam fundamental.

5. Autonomia e afirmação Africana

Neste debate busca-se estabelecer caminhos a seguir pelos Estados Africanos a fim de se afirmarem como Estados soberanos e autônomos. Para esta análise, a par do grande pensador africano Hountondji, sustento que o primeiro passo para Afirmação Africana seria apostar fortemente na educação e conseqüentemente no controle da produção e difusão dos Estudos sobre a África, assim, investir fortemente na disseminação destes conhecimentos por toda a África. A medida, se as sociedades conhecerem as suas histórias, suas culturas, suas realidades, males que afetam suas progressões, conhecimentos a eles roubados, modelos a eles estabelecidos e línguas a eles forçosamente impostos, poderão criar formas de emancipação capazes de gerar um desenvolvimento sustentável.

Para Falola (2022) os Estudos Africanos são a ferramenta adequada para reverter os danos sofridos pela África durante os anos da colonização, assim sendo, os intelectuais e estudiosos africanos têm por obrigação, eliminar os vestígios do colonialismo nos Estudos Africanos e reescrever os conhecimentos produzidos sobre a África, visto que, a estrutura da hegemonia ocidental em África foi projetada para dominar sistemas africanos de produção de conhecimentos e assim manter o continente africano perpetuamente dependente do Norte Global. Enfatiza autor que as publicações acadêmicas sobre a África são numerosas, mas apenas umas pequenas percentagens dessas produções são de acadêmicos africanos.

Na visão de Hountondji (2008), as sociedades africanas devem ser os principais responsáveis na produção e difusão de conhecimentos sobre os Estudos africanos e ainda têm que apropriar-se ativa, lúcida e responsabilmente do conhecimento sobre eles capitalizado durante séculos. Ainda, convida os africanos ou os investigadores africanos da área dos Estudos Africanos e de todas outras áreas de estudos a compreenderem que até ao momento, têm vindo a desenvolver pesquisas maciçamente extrovertido, ou seja, pesquisas orientadas para fora, destinado em primeira linha a ir ao encontro das necessidades teóricas e práticas das sociedades do Norte. Deste modo, o autor propõe uma nova orientação e novas ambições para a investigação feita por africanos em África.

Em semelhança à visão de Hountondji, Cardoso (2011) propõe que as Ciências Sociais e os Estudos Africanos em África sejam valorizadas e postas a funcionar. A isso, os Estados Africanos devem investir num sistema de ensino independente. Na concepção de Cardoso (2011, p.142):

Fazer ciências sociais em África não só é possível como necessário. Esta necessidade advém do facto de à sua dimensão cognitiva se associar a uma dimensão ética e política. As políticas públicas precisam de ser elucidadas pelos resultados e contribuições do ramo das ciências que mais directa e imediatamente afectam a vida da sociedade, as ciências sociais e humanas. Uma das vocações das ciências sociais em África consiste, por isso, em contribuir para o desenvolvimento das sociedades africanas, desde logo através da elaboração de conceitos e teorias que sejam consentâneas com as realidades e os processos transformativos em curso no continente, requerendo, por consequência, um engajamento epistemológico. Contudo, as ciências sociais não podem ser reduzidas à sua função utilitarista, cabendo-lhes igualmente uma função crítica e filosófica. A assunção desta função passa por uma desconstrução epistemológica que volte a sua atenção crítica para as epistemologias desenvolvidas no Norte e que aspiram a uma universalidade inquestionável. O que está no centro da desconstrução epistemológica é justamente o questionamento de uma epistemologia que assume como universal os parâmetros culturais, identitários, linguísticos e de poder desenvolvidos no Norte

Assumir os Estudos Africanos e criar estratégias de difusão de conhecimentos a ela composta, ajudará na emancipação dos povos e na transmutação da consciência social.

A esse efeito, recomenda Hountondji (2008) que os Estudos Africanos sejam escritos em línguas nacionais dos países africanos. Este modo de fazer investigação e produção promove uma atividade científica autónoma e autoconfiante. O modo que se faz a investigação e produção de estudos em África, é oposto disso, ou seja, em maioria das vezes se tende a investigar temas que são do interesse de um público ocidental, e a maioria dos

artigos produzidos por africanos são publicadas em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. E mesmo que se publique em África, as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro do continente africano. Desta forma, a atividade científica africana é extrovertida, ou seja, é orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orienta para a produção, a invenção, a construção, o trabalho. Está inteiramente canalizada para as atividades de tipo intermediário... A burguesia nacional tem uma psicologia de homem de negócios e não de capitães de indústria. É bem verdade que a rapacidade dos colonos e o sistema de embargo instalado pelo colonialismo quase não lhe permitiram escolher (FANON, 1968, p.24-25).

O colonialismo no continente africano deixou rastros e produziu o que denominamos de neocolonialismo, e este por sua vez, vem reproduzindo as mazelas que o colonialismo deixou. Apoderando das burguesias nacionais dos Estados africanos e mantendo a dominação do Norte Global, isto é, impedindo o desenvolvimento autônomo dos países subdesenvolvidos, com o objetivo de as potências mundiais continuarem a usufruir das riquezas naturais e dos recursos humanos que estes países possuem, a fim de se enriquecerem cada vez mais.

O neocolonialismo é uma forma de dominação que aparenta não deixar opções aos Estados que a ele estão sujeitos, na medida que busca a todo custo apoderar-se dos ramos essenciais do desenvolvimento destes países, isto é, as suas economias, políticas e culturas, áreas estas que são pilares para emancipação de uma nação. É mais que necessário e urgente os Estados africanos subsaarianos lutarem ferozmente contra este fenômeno; as elites políticas possuem um papel significativo na consolidação destas lutas, pois são os primeiros alvos deste flagelo.

Deve-se consciencializar os povos sobre este fenômeno, a fim destes terem noção das ameaças que estão sujeitos, e dos atos que reproduzem e produzem. Acabar com o neocolonialismo não é uma tarefa fácil, mas é possível. Os governos e as populações dos Estados africanos subsaarianos devem se unir e lutar contra a dominação e influência europeia e não só, nas suas economias, políticas, educação, culturas e sociedade. Há que criar bases

solidas e eficazes de desenvolvimento sem o apoio do Norte Global, só assim a África se livrará da dominação neocolonial.

Os Estados Africanos devem investir fortemente na consolidação de uma educação de qualidade, uma educação independente, assim criar condições para a propagação de Estudos sobre a África. Vale salientar que os Estudos Africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre a África, um tipo de conhecimento capitalizado no Norte global e por ele gerido, mas sim deve preocupar-se mais em ter as suas estruturas próprias, isto é, uma autonomia africana capitalizado em África e pelos países africanos. Os investigadores e pesquisadores africanos envolvidos nos estudos sobre a África, devem ter uma prioridade, que é de desenvolver uma tradição de conhecimento em todas ciências e com base em África, ou seja, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinadas e geridas. Os investigadores, produtores de conhecimentos, as autoridades dos países africanos e as organizações africanas devem assumir os conhecimentos produzidos sobre a África, e a partir delas produzir novas formas de conhecimentos partindo da própria realidade histórica, econômica, cultural e social africana. Assim, produzir conhecimentos em línguas africanas e fazer estes conhecimentos chegarem junto das populações africanas.

Os Estados Africanos têm vários desafios a enfrentar, mas o principal desafio é conter o avanço do ocidente, ou seja, libertar-se do sistema neocolonial que busca perpetuar as dominações simbólicas no meio das sociedades. Para isso, é preciso que as lideranças africanas se libertem da dependência política e econômica dos Estados do Norte global. Assim, criar autonomias com a finalidade de gerar desenvolvimento a partir das perspectivas africanas. É imperioso apostar na criação, consolidação e fortalecimento das organizações Africanas, a fim de terem autonomias próprias, que visem o desenvolvimento e o bem estar do continente. Uma delas que segundo os meus pensamentos é indispensável, é a criação de uma Organização Monetária dos Estados Africanos, que terá como missão criar, gerir e administrar moeda(s) africana(as), visto que até os dias atuais, as economias africanas estão profundamente dependentes e geridas pelo Norte Global, isto é, através das suas moedas que ainda continuam a ser produzidos no ocidente.

Os africanos não precisam de decisões eurocêntricas para fazer avançar suas sociedades. Deve haver uma mudança de mentalidade sobre as formas como o mundo ocidental percebe o povo africano. A suposição errônea de que os

africanos são um povo incapaz de pensamento independente é a principal razão pela qual o Ocidente intervém continuamente nos assuntos africanos, impondo assim suas ideologias de uma maneira que inibe a ação do povo africano. O avanço na tecnologia não qualifica automaticamente nenhum grupo de pessoas para se tornar o padrão global de ética moral, política e social. De fato, embora a tecnologia continue sendo crucial para conduzir o globo a outro marco do desenvolvimento coletivo, uma sociedade moral é indispensável para o progresso sustentável (FALOLA, 2022, p.71).

Conforme aponta Falola (2022), precisamos apostar na mudança das mentalidades, com vistas a uma autonomia plena, de modo que não haja a imposição de novas estruturas, as quais têm obstaculizado a ação do povo africano. É neste sentido que este artigo se inscreve, para a recuperação de uma autodeterminação africana.

7. REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **Neo-Colonialism in West Africa**- Harmondsworth, Penguin Books, 1973 Pp. XVIII 298.paperback. - **Essays on the Political Economy of Africa** by Giovanni Arrighi and John S. Saul New York and London, Monthly Review Press, 1973. pp. 416.

BRANCO, Carlos Nuno Castel. **Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização** IN: Notas Críticas Soltas, Centro de Estudo Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2007. p.01-09.

CARDOSO, Carlos. **Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África**. In: VVAA. *In Progress*: seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África. Lisboa: CESA, 2011, p. 125-144.

CARNOY, Martin. “Marx, Engels, Lenin e o Estado”. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1988, pp. 65-90.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Africano Sul-Saariano**: conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um esquema). Rio de Janeiro: CLACSO, EDUCAM, 2008.

FALOLA, Toyn. **Decolonizing African Studies: Knowledge Production, Agency, and Voice** (Rochester Studies in African History and the Diaspora, 93) Hardcover, New York 2022.

FALOLA, Toyn. **Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África**. Afro-Ásia, n.36, 2007, p.9-38.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimentos africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008: 149-160.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Pallas; 1ª edição (14 setembro 2006).

KOUVOUAMA, Abel. **Pensar a política na África**. Tradução para uso didático de KOUVOUAMA, Abel. Penser la politique en Afrique. **Politique africaine**, n° 77, mars-2000, p. 5-15, por Thiago Ferrare Pinto.

LANGAN, Mark. **Neo-Colonialism and the Poverty of ‘Development’: in Africa Comtemporary African Political Economy**. Palgrave machmillan New Caste University. 2018.

LOPES, Ana M. Henriques. **Neocolonialismo na África**. In Dossiê- II Seminário Sankofa-Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IV, N° 8, dezembro/2011.

MACUANE, José Jaime. 2005. **Os paradoxos do desenvolvimento à La Carte**. Conferência apresentada na XI Assembléia Geral da CODESRIA, Maputo 6 a 10 de dezembro de 2005.

NKRUMAH, Kwameh. **Neocolonialismo em África**. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. As malhas que os impérios tecem. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais. Lisboa Edições 70, Lda, 2011.

NKRUMAH, Kwameh. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PIMENTA, Carlos. **Globalização em África e (Des) Humanismo**. Conferência Internacional “Humanismos Latino e Africano: Encontros e Desencontros” Dakar, janeiro 2003.

SHERER, Mathias Inacio. **Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo**. In: MACEDO, José Rivair. **O pensamento africano no século XX**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 263-287.

SHIKWATI, James. Entrevista: **A Ajuda Atrapalha**. 10 de agosto, 2005.

UZOIGWE, Godfrey N. **Neocolonialism Is Dead: Long Live Neocolonialism**. Journal of Global South Studies. Volume 36, Number 1, Spring 2019. pp. 59-78.